

A PRÁTICA DOCENTE E OS POSSÍVEIS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR ICESP/PROMOVE DE BRASÍLIA/DF

Camilla Martinez dos Santos (*), Andréia Brito Rocha e Rosângela Laura Picoli.

* Faculdades ICESP/Promove de Brasília, martinezpedagoga@gmail.com

RESUMO

Este artigo, a partir de uma visão ecopedagógica, teve como objetivo identificar os possíveis problemas ambientais na Instituição de Ensino Superior ICESP/PROMOVE da unidade Guará percebidos pelos professores dos cursos de Pedagogia, Gestão Ambiental, Administração e Jornalismo. Enfatizaram-se os problemas ambientais decorrentes da participação direta ou indireta dos docentes, visando uma melhor compreensão de seus papéis frente ao desafio de compor e formar uma comunidade escolar, que compreenda a Educação Ambiental como ferramenta de reconstrução de ambientes funcionais e que despontem no mercado como modelos a serem tomados como referência, para a construção de pessoas conscientes sobre a vida, sobrevivência e futuro no nosso planeta. São apresentadas no presente estudo, análises dos questionamentos feitos aos envolvidos na pesquisa, de modo a compreender a dimensão do seu envolvimento, razão para perceber uma gama de fatores que permitem um ambiente educacional amplo e receptivo a intervenções para a melhoria dos seus aspectos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Ecopedagogia, Meio Ambiente, Prática Docente, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A partir de uma abordagem ecopedagógica, o objetivo deste estudo é verificar os possíveis problemas ambientais na Instituição de Ensino Superior (IES) – ICESP, campus Guará, bem como analisar as possíveis formas de os docentes da instituição em estudo amenizarem os problemas detectados.

Tendo em vista as constantes mudanças da sociedade nos últimos anos, provenientes dos progressos tecnológicos promovidos pelo modelo de desenvolvimento econômico atual, percebe-se a preocupação da sociedade em preservar os animais e as plantas, esquecendo-se das demais dimensões diretamente ligadas ao seu cotidiano e que interferem no meio ambiente. Diante disso, verifica-se como é relevante trabalhar a Ecopedagogia nas Instituições de Ensino Superior, pois se trata de um ambiente socializador, preparador, motivador e transformador de indivíduos, que em curto espaço de tempo estarão profissionalmente ligados a esse universo de constantes transformações.

De acordo com Gadotti (2000), a Ecopedagogia nasceu devido ao fato de a Educação Ambiental (EA) se desenvolver levando em consideração apenas o ambiente em que vivemos, esquecendo-se de confrontá-lo com os valores sociais. Esse fato dificulta a caracterização de que somos seres pertencentes a esse meio, temos anseios e papéis específicos para a construção de um mundo melhor e que, sem essa contribuição e conscientização, dificilmente teremos a qualidade de vida necessária. Essa dissociação começa nos anos iniciais e será levada para as demais etapas da formação escolar. Isso culmina na percepção de que, atualmente, as Instituições de Ensino Superior, possuem problemas ambientais decorrentes da participação direta ou indireta dos docentes e discentes. A falta de conscientização ambiental poderá determinar a qualidade de vida no ambiente acadêmico. Logo vê-se como possíveis problemas oriundos da falta de conscientização ambiental nas IES: a má conservação das condições estruturais e materiais de trabalho; gastos demasiados com energia, água e papel; bem como a poluição visual e sonora e a falta de equipamentos adequados.

Diagnosticar e refletir sobre esses problemas ambientais à luz da Ecopedagogia pode permitir que os integrantes da comunidade escolar repensem ou insiram novos valores em prol da conservação do ambiente e dos recursos disponíveis na IES.

TEXTO

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Gutiérrez e Pietro (apud Menezes e Santos, 2002), a Ecopedagogia segue os princípios da “Carta da Terra”, um documento com o mesmo valor da Declaração dos Direitos Humanos, chamado de ainda de “cidadania planetária”, com princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade justa, sustentável e pacífica. Portanto, a Ecopedagogia trabalha com a cidadania planetária, frente ao sentido da ação dos homens enquanto seres vivos que compartilham com as demais vidas a experiência do planeta Terra. Logo, a cidadania planetária visa a que o indivíduo se sinta parte integrante do planeta, de forma que ele ressignifique os valores e a forma de ver o mundo e o outro, a fim de que ele se reconheça como um cidadão planetário.

Menezes e Santos (2002) ainda afirmam que a Ecopedagogia pode ser vista como um movimento político e educativo, uma vez que o objetivo é a mudança das atuais relações humanas, sociais e ambientais. Os autores enfatizam que uma sociedade sustentável e a preservação ambiental dependem de uma consciência ecológica, podendo ser alcançada por meio da educação com o apoio da Ecopedagogia. Fica claro que não há um conceito de Ecopedagogia, porém existe uma extensão de preceitos que formulam as diversas percepções ecopedagógicas.

O conceito de Ecopedagogia está relacionado com a sustentabilidade para além da economia e da ecologia, uma vez que o conhecimento que possibilitou transformar a natureza em bens e serviços pautou-se apenas em uma sociedade de consumo, esquecendo-se assim os recursos naturais, além da qualidade de vida das gerações futuras, perdendo o enfoque sustentável e aplicando à crise ambiental atual uma questão muito mais ética do que qualquer outra coisa (GADOTTI, 2008).

A Ecopedagogia, como um movimento pedagógico, busca uma mudança de postura na relação do ser humano com o meio ambiente para que haja o comprometimento da sociedade, de forma que se conscientize que ser um cidadão planetário é bom para todos.

Lopes (2010) afirma que a Ecopedagogia [...] surgiu a partir da evolução ecológica. No início, era chamada de “pedagogia do desenvolvimento sustentável”. Atualmente, o seu sentido assume novas proporções à medida que vem se tornando um movimento pedagógico ou mesmo uma abordagem curricular. (LOPES, 2010, p. 14).

Gadotti apud Lopes (2010) aponta a Ecopedagogia como abordagem curricular, sendo uma reorientação dos currículos, que segue um princípio de que os conteúdos devem ser significativos para os alunos. Porém, devem ser significativos também para a saúde do planeta, aprofundando-os em seu contexto de forma mais ampla. Portanto, a Ecopedagogia não surge apenas como uma pedagogia escolar, mas uma pedagogia da vida e para a vida, em que a mudança na percepção de ver o mundo é necessária. Conforme enfatiza Sato (2003),

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como as atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora da sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem interdisciplinares ativos no processo que norteia a política ambientalista. Cabe aos professores, por intermédio da prática interdisciplinar, proporem novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas ambientais atualizados. (SATO, 2003, p.25).

A tarefa da Ecopedagogia será árdua, uma vez que é proposto o trabalho com o meio ambiente por meio da educação (LOPES, 2010). Está aí a tarefa da Ecopedagogia, tentando tornar a sociedade mais ambientalmente sensível, transformando sua percepção face ao triste cenário ambiental, alertando para o atual consumo excessivo, no qual os valores ambientais ficam distantes dos humanos, sendo que todos pertencemos a um mesmo universo e caminhamos para um mesmo destino.

Fica claro que “o grande desafio posto para os professores e pedagogos é justamente o de trabalhar para a desconstrução dessa visão de meio ambiente ainda presente no meio educacional, tendo como ponto de partida a visão socioambiental de natureza” (LOPES, 2010, p. 40).

De acordo com Gadotti (2008), entre os princípios pedagógicos, saberes e valores de uma cultura da paz, da sustentabilidade e de uma educação voltada para o futuro, destacam-se: “educar para pensar globalmente” – no sentido de educar os pensamentos para que se pensem coisas novas, enfatizando a produção do conhecimento, não o acúmulo de informações, mas a necessidade de saber pensar no todo, no global, pois as lutas são planetárias e somos parte de um

todo em construção, levando em consideração a realidade de todos os seres; “educar os sentimentos” – de forma que seja para o bem da humanidade, com princípio solidário, pois somos parte de um todo que vive em conjunto e necessita do outro; “ensinar a identidade terrena” – tendo o mesmo princípio da educação dos sentimentos, a identidade terrena vem como uma condição necessária para a vida no planeta, uma vez que a nossa identidade, sendo individual, é coletiva; “formar para a consciência planetária” – livrar-se do pensamento globalista e perceber-se parte do globo, do meio ambiente, além de ser consciente de que somos interdependentes; “formar para a compreensão” – compreensão de valores solidários, quebrando o paradigma capitalista, competitivo e desigual plasmado em nossa sociedade; e “educar para a simplicidade voluntária” – pois afinal de contas “conviver é uma arte”, portanto devemos saber conviver praticando a solidariedade diariamente, buscando novos hábitos de consumo pensando nas presentes e futuras gerações.

De acordo com Santos, Ferreira e Gomes (2011), o discurso ambiental deixou de ter apenas o enfoque conservacionista, distanciando os problemas ambientais da realidade do indivíduo. Os problemas ambientais advindos do atual modelo linear de desenvolvimento estão cada vez maiores e distantes da realidade do ser humano, o que vai de encontro à Ecopedagogia, pois os indivíduos estão preocupados apenas com a preservação da natureza e não com a mudança das relações sociais.

A sociedade vive em um momento de imensa desigualdade – por exemplo, de um lado estão os ricos, que se fartam de água, e do outro, os pobres, miseráveis que morrem por falta d’água. Percebe-se o mundo de forma fragmentada, sem entender que um depende do outro e que todos dependem de um; portanto, vem a necessidade de uma educação sustentável, para que o ser humano seja capaz de compreender o significado do “ser” e do “estar”, pois o que se faz hoje será consequência amanhã. Assim, é

[...] nesse cenário que compreendemos a educação para a sustentabilidade como sendo uma proposta de educação voltada para a conscientização do homem de que a vida dos seres que habitam o planeta e a própria vida do planeta estão em uma íntima relação de dependência e, assim, a degradação do planeta implica também na degradação dos seres que habitam. (PEREIRA et al., 2007, p. 84).

Segundo Leff (2001, apud Santos, Ferreira e Gomes, 2011), é impossível resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento. Levando em consideração que os complexos problemas ambientais surgem a partir de ações diárias inconscientes de cada indivíduo e que, por vivermos em sociedade, tornam-se questões de âmbito global.

Atualmente, as pessoas priorizam o “ter” em detrimento do “ser”. O mundo competitivo visa lucro, e quem não “tem” não “é”. Assim o desprovido de riqueza valorada, acaba sendo excluído quando na verdade a questão não está no excluído, mas sim em quem, ou o que tornou a exclusão um problema social; portanto, é necessário que os valores éticos e morais sejam ressignificados.

A Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006, que institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, destaca em seu artigo 5º que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto, entre outras coisas, a demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, entre outras; realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre os quais, sobre o processo de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos.

Sendo assim, não só as crianças, mas também os adultos devem ser ambientalmente educados, já que a visão de ambiente para as crianças é transmitida pelos adultos. Estes possuem o papel de mediar a aprendizagem e proporcionar uma educação de qualidade. Portanto, não adianta educar as crianças sem antes educar os adultos, principalmente aqueles que vão para sala de aula.

No tocante à formação docente, a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, estabelece como finalidades da educação superior, entre outras:

II- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
[...]

VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. (BRASIL, 1996, p. 27).

O artigo 43 da referida lei não exclui os problemas ambientais da educação superior. Vale ressaltar, ainda, que tal lei, em seu art. 2º, defende que a educação, que é dever da família e do Estado, e deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, o pleno desenvolvimento do educando e o exercício da cidadania estão inteiramente ligados à sensibilidade ambiental, já que a educação tem um papel fundamental na formação de uma sociedade sustentável, o que significa possuir solidariedade humana, uma vez que os problemas não são exclusivos de apenas um ser.

Geralmente, a visão das pessoas que não se encontram no ensino superior é a de que os alunos que estão nessa modalidade de ensino são inteligentes, pois sabem resolver várias questões com exercícios complexos. Porém, Gadotti, (2008, p. 75), coloca que “inteligente não é aquele que sabe resolver problemas (inteligência instrumental), mas aquele que tem um projeto de vida solidário”, o que muitos não possuem. Inserir preceitos ecopedagógicos nas reflexões do ensino superior pode instigar os indivíduos à construção desse projeto de vida solidária.

Isso porque, mesmo com a possibilidade de discussões, debates, projetos e trabalhos sobre diversos temas presentes no ambiente universitário, há várias contradições entre o que se fala e o que é praticado.

A educação ambiental se dá de forma isolada dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), os quais caracterizam a identidade da escola, excluindo assim o tema do documento norteador da prática pedagógica da instituição de ensino. É sabido que as instituições de Ensino Superior visam atender os conteúdos que serão cobrados no mercado de trabalho. Talvez esse seja o motivo pelo qual a Educação Ambiental não seja trabalhada de forma completa, sendo assim excluída do PPP.

Portanto, evidencia-se a necessidade de trabalhar a consciência ambiental nas instituições de ensino superior, uma vez que esse ambiente possui seu corpo institucional envolvido no processo de educação e possui ainda as condições necessárias para a transformação da forma atrofiada de ver o mundo e seus problemas. Além disso, vale ressaltar que as IES são “o espaço mais sensível para alcançar as mudanças almejadas porque, ao responder novas demandas sociais e profissionais que o mercado de trabalho requer, exige uma redefinição e adequação dos processos de formação” (MORALES, 2007, p. 285).

METODOLOGIA

O estudo teve uma abordagem quali-quantitativa. A princípio, fez-se uma pesquisa bibliográfica, que permitiu verificar informações referentes ao tema, revendo o conhecimento prévio, auxiliado por livros de assuntos correlacionados com o tema proposto. Em seguida, realizaram-se uma pesquisa de campo e a análise de dados, baseada em questionários elaborados com dezesseis questões, divididas em blocos distintos para facilitar a análise. O público-alvo para aplicação da entrevista foi composto por vinte docentes, sendo cinco de cada curso: Pedagogia, Gestão Ambiental, Administração e Jornalismo.

O questionário teve como objetivo identificar o grau de conscientização e sensibilização dos docentes frente ao meio ambiente da IES em estudo, bem como verificar as ações “ambientalmente sensíveis” na prática docente, e o comprometimento da instituição ICESP (ambiente de estudo) com as questões ambientais na visão dos professores.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de identificar os possíveis problemas ambientais da IES ICESP/ PROMOVE de Brasília (campos Guará), com foco na percepção dos docentes, foram entrevistados vinte profissionais, sendo cinco de cada curso: Administração, Gestão Ambiental, Jornalismo e Pedagogia.

Quanto à classificação dos entrevistados conforme a idade, identificou-se que a amostra está contida na faixa etária entre 20 e 50 anos (figura 1). Sendo que, entre todos os docentes dos quatro cursos analisados, os cursos de Administração e Gestão Ambiental contam com o maior número de professores mais jovens – na faixa etária de 20 a 30 anos, e o curso

de Pedagogia conta com 40% dos docentes com mais de 50 anos, enquanto os demais cursos contam com apenas 20% dos docentes nessa faixa etária.

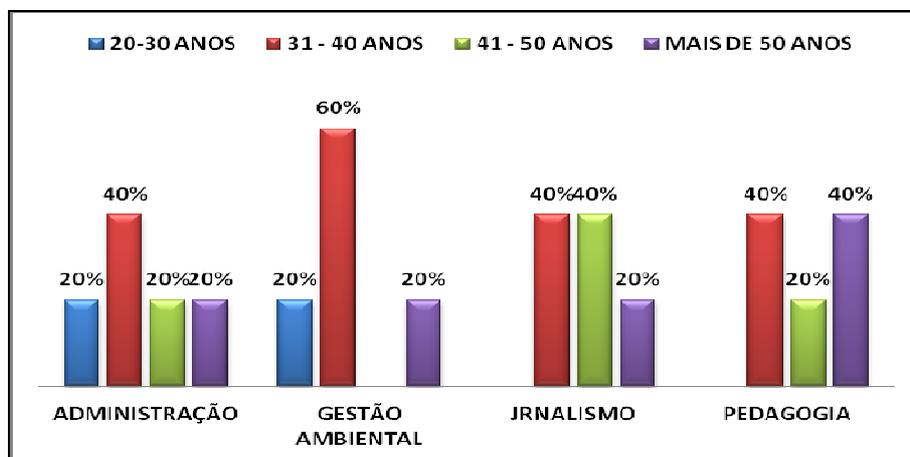


Figura 1 – Classificação dos entrevistados conforme idade
Fonte – Resultados da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Nas entrevistas aplicadas percebe-se que os docentes dos cursos em questão estão, em geral, na faixa etária jovem (20-40 anos), como visto nos dados analisados da figura 1. A convivência entre docentes com diferentes faixas etárias contribui para a oportunidade de partilhar experiências e orientações, colaborando assim para o aprendizado que fomenta a educação.

Quanto à classificação dos entrevistados conforme gênero (figura 2), no curso de Administração, 40% são do sexo feminino e 60% masculino, nos cursos de Gestão Ambiental e Jornalismo, 20% do sexo feminino e 80% masculino e no curso de Pedagogia, 80% do sexo feminino e 20% masculino.

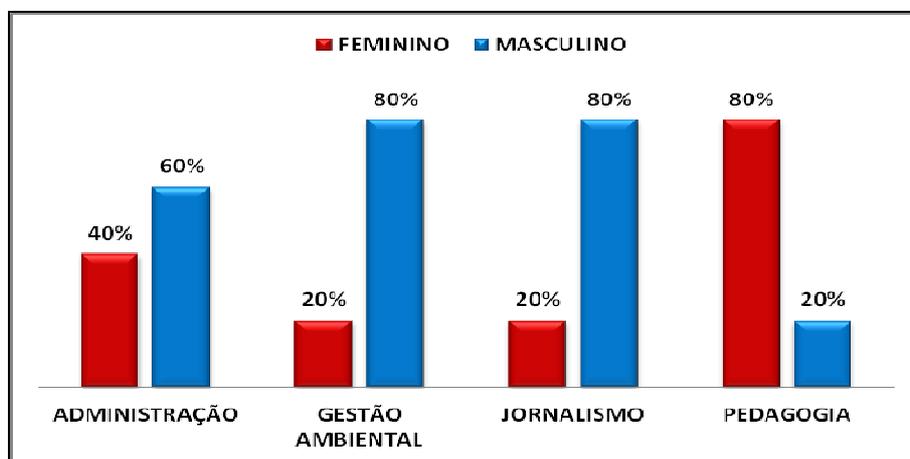


Figura 2 – Classificação dos entrevistados conforme gênero
Fonte – Resultados da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

O resultado exposto na figura 2 evidencia a predominância de docentes do gênero masculino nos cursos que, por tradição, apresentam mais profissionais desse sexo. Essa relação entre gênero e profissionais se confirma quando analisada a inversão que ocorre no curso de Pedagogia, área em que prevalecem profissionais do gênero feminino oriundas de experiências no Ensino Básico onde, de acordo com o primeiro censo do MEC¹, há a predominância do sexo feminino (85,7%) sobre o sexo masculino (14,1%).

¹ O Ministério da Educação (MEC), por meio de seu Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), realizou em 1997, pela primeira vez em âmbito nacional, o Censo do Professor. O levantamento abrangeu 1.617.611 professores das redes pública e particular de ensino básico – mais de 90% da categoria, conforme dados do INEP – e

Quanto à formação dos entrevistados (figura 3), nos curso de Administração, três professores têm especialização e dois têm mestrado; no curso de Gestão Ambiental, um docente possui especialização, dois têm pós-graduação, um tem mestrado e um tem doutorado. Já no curso de Jornalismo, três profissionais têm especialização, um tem mestrado e um possui doutorado; no curso de Pedagogia, um tem especialização, três têm mestrado e um possui doutorado.

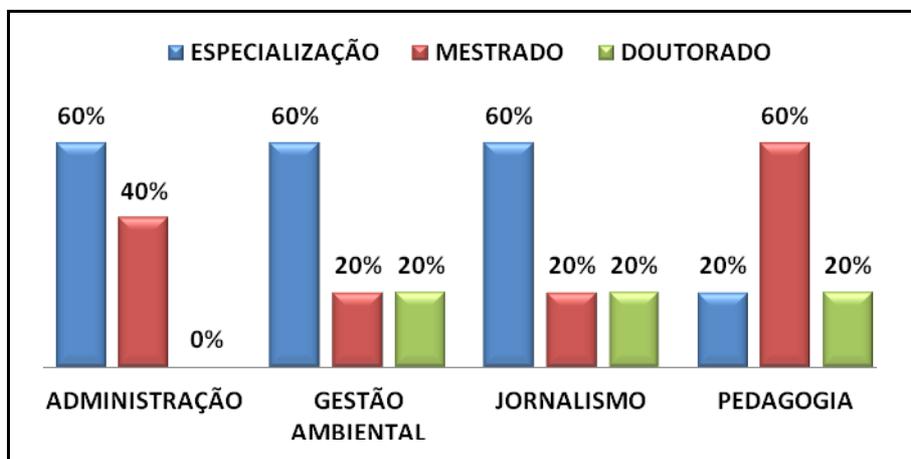


Figura 3 – Classificação dos entrevistados quanto à formação
Fonte – Resultados da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Observa-se que houve maior incidência das titulações especialização e mestrado; o mesmo configura a resposta do Censo da Educação Superior 2010 do MEC e atesta a constante necessidade de os docentes da IES buscarem a formação continuada e estarem aptos a buscar a ressignificação do ato de educar. Para tanto, quanto mais bem qualificados forem os profissionais de educação de hoje, a compreensão ambiental para as gerações futuras terá maior importância, pois os profissionais que estão sempre buscando aperfeiçoamento terão seus conhecimentos e sua prática atualizados; logo, terão mais chance de atingir sensivelmente seus educandos.

Quanto ao tempo de atuação no ensino superior dos entrevistados (figura 4), percebe-se que a maior incidência fica entre 6 e 10 anos nos cursos de Gestão Ambiental e Jornalismo; o curso de Administração apresenta estimativa constante entre 6 e 20 anos e verificou-se, no curso de Pedagogia, uma estimativa entre 11 e 20 anos de atuação.

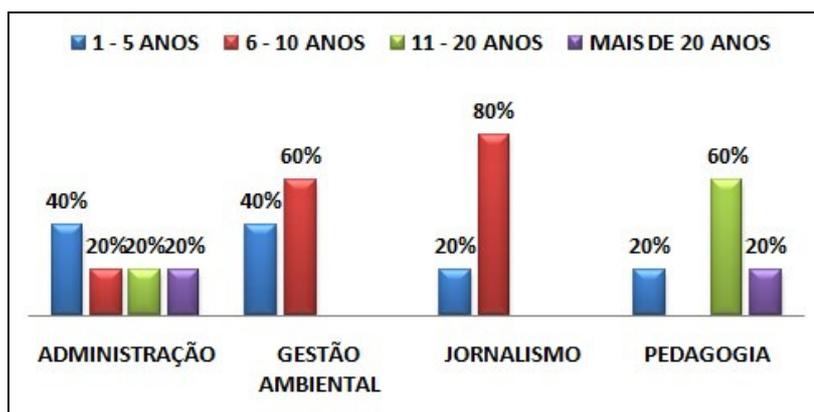


Figura 4 – Classificação quanto ao tempo de atuação no ensino superior
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

O tempo de atuação dos docentes é significativo, ressaltando a experiência na área de atuação. Além disso, facilita a análise de certos hábitos dos discentes no cotidiano da sala de aula, além de ter a percepção de propor projetos e ações de melhoria ambiental, não só da sala de aula como também da própria instituição.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil pode ser levado em consideração para tal análise:

teve como objetivo contribuir para um diagnóstico que orientasse as políticas educacionais. O Censo foi divulgado somente em 1999.

A formação continuada deve possibilitar o encontro entre os professores para a troca de ideias sobre a prática, para supervisão, estudos sobre os mais diversos temas pertinentes ao trabalho, organização e planejamento da rotina, do tempo de atividades e outras questões relativas ao projeto educativo. (RCNEI – vol. 1, p.67).

Percebe-se que o tempo de atuação pode influenciar negativamente quando não há a formação continuada. Isso porque assuntos como o Meio Ambiente ganham ênfase ao longo do tempo. A formação continuada proporciona a atualização de conhecimento a profissionais com longo tempo de formação, permitindo que novas demandas sociais sejam trabalhadas de maneira eficaz. Quando a formação continuada não ocorre, profissionais deixam de captar esse conhecimento que, por vezes, não é trabalhado na graduação (figura 5).

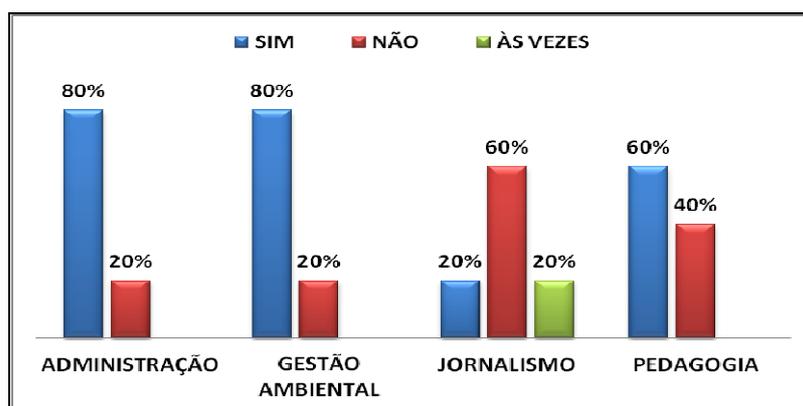


Figura 5 – Contato com alguma disciplina de cunho ambiental
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Perguntados se tiveram contato com alguma disciplina de cunho ambiental na sua formação, a amostra revela que os entrevistados dos cursos de Administração (80%), Gestão Ambiental (80%) e Pedagogia (60%) responderam que sim, o que caracteriza que, por tratar-se de mediadores do processo ensino-aprendizagem, são responsáveis por tornar mais compreensiva a visão do cuidado, propagação de temas e assuntos de cunho ambiental nas IES, além do cuidado dos espaços em que estamos inseridos.

Ao adequar a compreensão entre o conhecimento adquirido previamente no caso em questão, faz-se pela ação de defender, adequar e compreender a educação como fato pontual e que está em constante construção, usando dos recursos e apontamentos atuais para a construção e formação de novas concepções educacionais.

Não há teoria sem prática e nem prática sem teoria, pois para praticarmos algo antes temos que conhecer, não se sensibiliza ambientalmente um educando sem antes conhecer o meio em que ele está inserido, sua história de vida e sua cultura. Portanto, é necessária a prática da teoria adquirida, pois conforme os dados, (figura 5) a grande maioria dos docentes teve contato com as disciplinas de cunho ambiental, mas nem sempre coloca em prática esse saber adquirido.

Quanto à atuação dos entrevistados frente ao meio ambiente (figura 6), no curso de Administração, 60% dos entrevistados atribuíram notas de zero a quatro, assim como no curso de Jornalismo, 20%; já 80% dos docentes analisados do curso de Gestão Ambiental atribuíram notas de cinco a nove para sua atuação e no curso de Pedagogia, 100% dos entrevistados avaliaram com a nota de cinco a nove – um ponto positivo na instituição analisada.

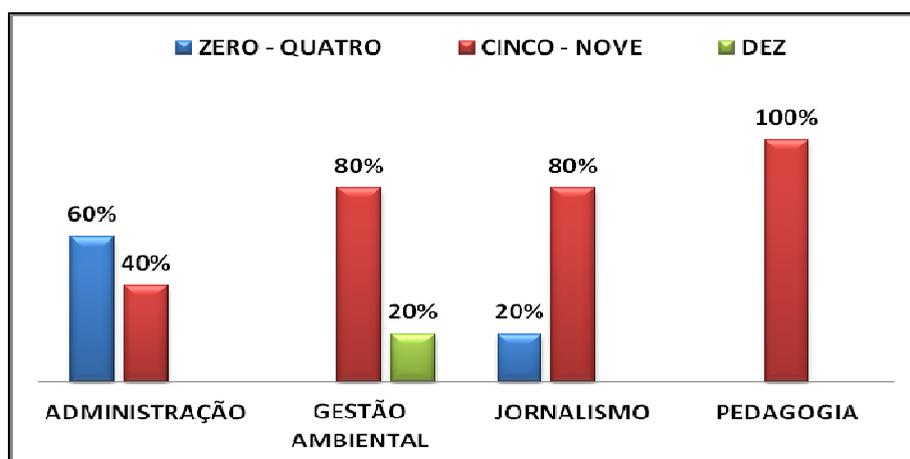


Figura 6 – Nota da atuação frente ao meio ambiente
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Mesmo com o contato sobre questões ambientais percebe-se que nem sempre a teoria é externalizada por meio das ações. Apenas um professor da amostra julga ter uma boa atuação perante as questões ambientais. Já a maioria dos entrevistados dos cursos de Pedagogia, Jornalismo e Gestão Ambiental atribuíram-se notas de 5 a 9 evidenciando certa cautela quanto à eficiente atuação que desempenham. Os valores atribuídos só foram em sua maioria menores que 5 (cinco) no curso de Administração. Percebe-se entre os entrevistados que alguns, embora relatem terem tido contato com disciplinas de cunho ambiental anteriormente, precisam perceber-se participantes do meio em que estão inseridos. Embora as respostas percebidas frente ao questionamento da atuação dos docentes não retratem mudança de comportamentos e atitudes, vale ressaltar que um caminho percorrido ante essa transição dos conhecimentos adquiridos e a práxis adotada no exercício da profissão contribuem para os personagens envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem e, de modo especial, para uma conscientização do ser e agir frente ao meio ambiente, lembrando que esse é um caminho a ser construído gradativamente.

Os entrevistados dos cursos de Administração (60%), Gestão Ambiental (80%), Jornalismo (100%) e Pedagogia (80%) afirmam que incentivam os estudantes na conservação dos ambientes de estudo (sala de aula, biblioteca e outros), e ainda incentivam e orientam para que tenham novas posturas e atitudes, tais como: desligar os ventiladores e apagar as luzes após as aulas (figura 7). Declararam que orientam os alunos e colegas sobre a consciência ambiental em todos os espaços sociais de que fazem parte, mostram a importância da conservação dos ambientes, como: não jogar lixo no chão e, se fumante, fumar fora das instalações da faculdade.

Enfatizam o respeito ao meio, chamando atenção de todos para manterem a sala limpa, motivando os alunos a agir civilizadamente, alertando para os prejuízos coletivos causados pela falta de conservação do ambiente em sala de aula. Além disso, explicitam a importância de ter cuidado com o ambiente de trabalho, por meio de atividades pedagógicas, na organização e cuidado com os espaços utilizados, por meio da conscientização com os ambientes diversos e evidenciando o modo de vida de cada um e o quanto este impacta o ambiente em que vivem.

Alguns sujeitos da pesquisa dos cursos de Administração (20%), Gestão Ambiental (20%) e Pedagogia (20%) afirmam que, às vezes, incentivam os estudantes na conservação dos ambientes de estudo e que orientam os alunos a desligar o ventilador e a apagar a luz ao sair da sala e na conservação da limpeza do ambiente.



Figura 7 – Incentivo à conservação dos ambientes de estudo

Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Frente ao papel do docente em incentivar os estudantes em conservar o ambiente de estudo, percebe-se o comprometimento do profissional como multiplicador e formador de opinião na mudança de mentalidades, cuidado e manutenção dos espaços físicos da IES.

Outra forma de verificar se os docentes praticam a teoria absorvida ao longo de sua formação é identificar os recursos utilizados em suas aulas. Quanto a isso, na figura 8, percebeu-se que no curso de Administração, 40% utilizam quadro branco; no curso de Gestão Ambiental, 80% utilizam projetor multimídia e materiais digitalizados; no curso de Jornalismo, 40% utilizam quadro branco e no curso de Pedagogia, 80% utilizam projetor multimídia; o que possivelmente evidencia a diminuição do uso de recursos que possam proporcionar uso excessivo de materiais e proporcionalmente influenciar em consumo excessivo da instituição.

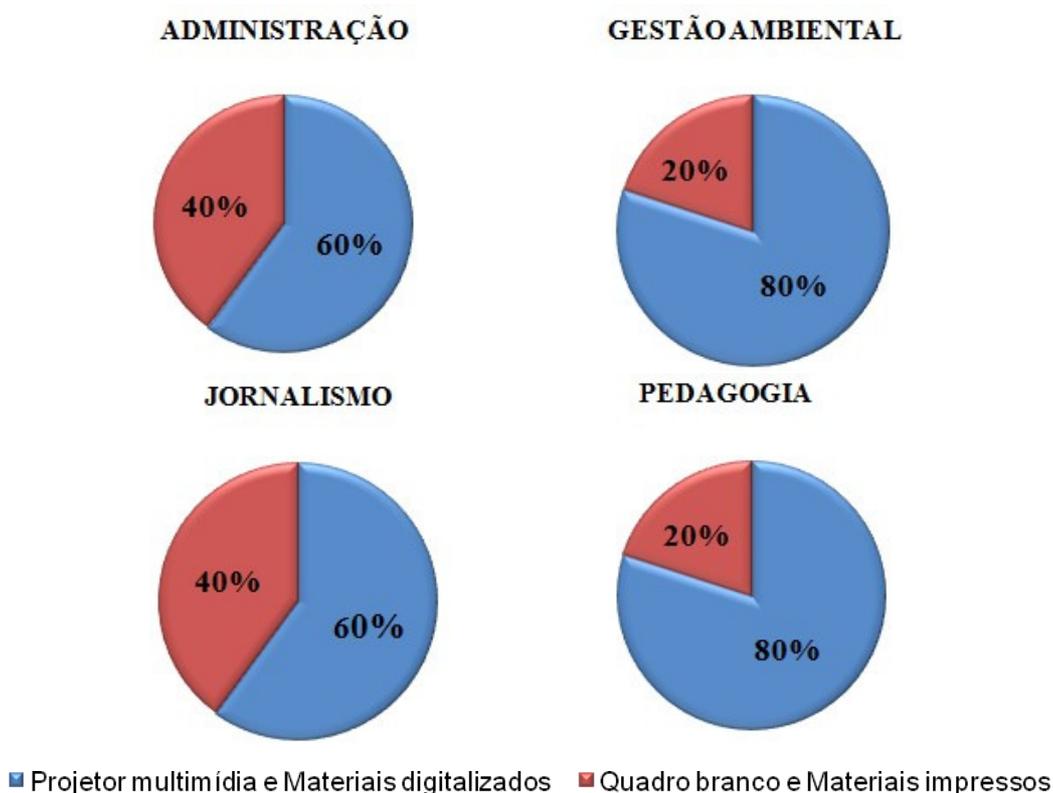


Figura 8 – Recursos utilizados com maior frequência pelos docentes

Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Quanto ao recurso utilizado com maior frequência, verifica-se que, embora haja uma diferença de 20% entre o recurso de quadro branco e materiais impressos, é perceptível a preferência dos docentes pelos recursos de projetor multimídia e materiais impressos. Essa verificação merece destaque e consideração, uma vez que há docentes que têm receio em utilizar novos materiais didáticos. Portanto, cabe salientar que não há uma substituição dos materiais tradicionais como o quadro, mas sim uma oportunidade para inovar e facilitar o diálogo e o ensino-aprendizagem, além de estar contribuindo positivamente com o meio ambiente, uma vez que o uso do projetor multimídia e materiais digitalizados favorece a diminuição do uso de papéis; logo, há menos produção de papéis e corte de árvores de onde se retira a celulose para sua fabricação.

Outro fator explanado pelos docentes abordados por essa questão foi a disponibilidade do recurso projetor multimídia para o uso em sala de aula, pois, além de terem que reservar o equipamento, têm que buscar o material. Porém, embora haja essa dificuldade de disponibilidade e locomoção do equipamento, a amostra evidencia o maior uso do recurso

tecnológico, garantindo um ganho para o meio ambiente, para os educadores, alunos, instituição e comunidade quando o recurso é utilizado de maneira correta².

Conforme mostra a figura 9, os docentes foram perguntados se no curso em que atuam já desenvolveram trabalhos ambientais em conjunto com os alunos ou comunidade escolar. Os resultados obtidos atestam que nos cursos de Gestão Ambiental e Pedagogia uma média de 80% dos docentes desenvolveu e/ou desenvolve trabalhos ambientais em conjunto com os alunos ou comunidade escolar.

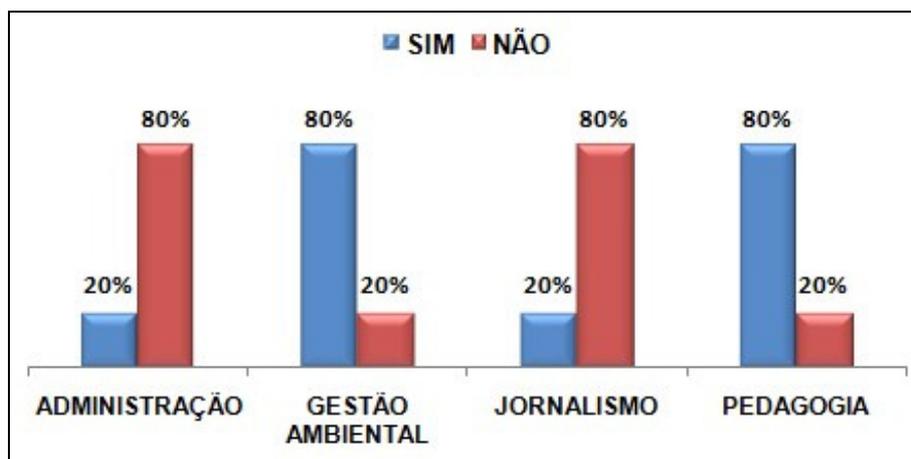


Figura 9 – Desenvolveu trabalhos ambientais
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Percebe-se que os cursos mais diretamente ligados à questão ambiental desenvolveram mais projetos relacionados ao tema. No entanto, embora uma média de 80% dos docentes dos cursos de Administração e Jornalismo analisados não execute trabalhos ambientais em conjunto com os alunos ou comunidade escolar, há inserção de disciplinas de cunho ambiental em ambos os cursos para que os alunos assimilem os conhecimentos necessários. Porém, por se tratar de disciplinas pontuais, ainda não apresentam iniciativas de projetos globais nesses cursos.

Sabe-se da grande importância e necessidade da atuação dos docentes com toda a comunidade escolar para melhoria do meio ambiente; ademais, é necessário passar do discurso teórico à ação prática. A importância da atuação do docente na sensibilização ambiental de profissionais e, em especial, dos docentes que trabalham com os cursos de formação de educadores deve ser reconhecida, uma vez que estes são os responsáveis pela formação de mentes e postura de estudantes.

Ao serem questionados se a coordenação do curso orienta os docentes quanto à necessidade de despertar nos alunos a consciência ambiental (figura 10), os entrevistados dos cursos de Jornalismo e Pedagogia (40%) e Gestão Ambiental (100%) responderam sim. Alguns dos entrevistados dos cursos de Administração (80%) e Pedagogia (60%) responderam não. No curso de Jornalismo (40%), responderam que às vezes.

²Quando o recurso está instalado em sala de aula, mas fora de uso, como por exemplo, no intervalo, seria conveniente que estivesse desligado ou em modo *stand by* para evitar gastos de energia.

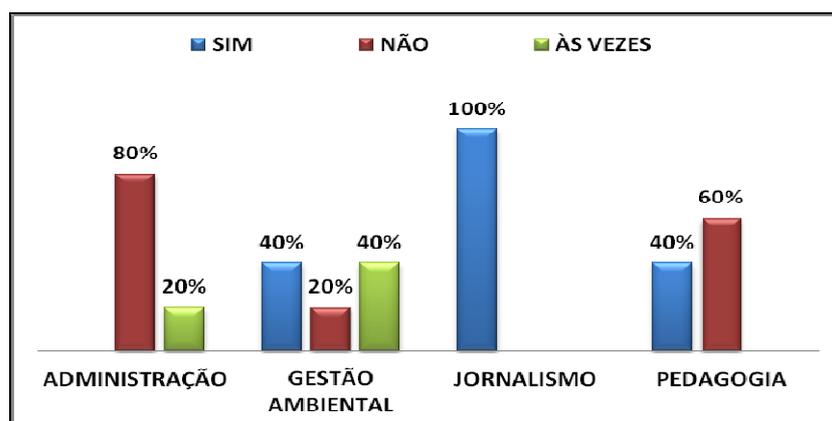


Figura 10 – Coordenação orienta a despertar nos alunos consciência ambiental
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Conforme a figura 10, os docentes dos cursos de Jornalismo, Gestão Ambiental e Pedagogia afirmam receberem orientação da coordenação para despertar nos alunos a consciência ambiental. Percebe-se que essa resposta se dá pelo contraste encontrado em sala de aula: diversas formações e o que cada um traz em sua vivência. Isso faz com que sujeitos repletos de conhecimentos e de práticas definidas sejam capazes de conciliar melhor seu agir, de modo a despertar concretamente uma consciência ambiental capaz de fazer com que essa compreensão seja percebida ao longo da formação de seus educandos.

Perguntados sobre qual a maior contribuição da inclusão de disciplinas de cunho ambiental no currículo do curso de ensino superior (figura 11), 40% dos entrevistados no curso de Administração responderam que contribuem para a sensibilização para a consciência ambiental e 60% responderam que contribuem para a melhoria da qualidade de vida. No curso de Gestão Ambiental, 60% afirmam que contribuem para a sensibilização para a consciência ambiental e 40% afirmam que contribuem tanto para a sensibilização para a consciência ambiental quanto para a melhoria de qualidade de vida. No curso de Jornalismo, 60% afirmam que contribuem para a sensibilização para a conscientização ambiental e 40% afirmam que contribuem para a melhoria da qualidade de vida. Já no curso de Pedagogia, 80% afirmam que contribuem para a sensibilização para a consciência ambiental e 20% afirmam que contribuem para a melhoria da qualidade de vida.

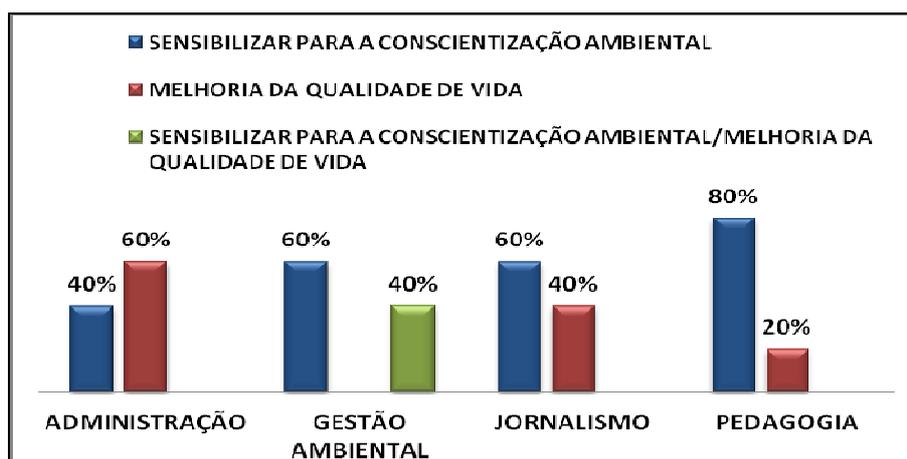


Figura 11 – Qual a contribuição da inclusão de disciplinas de cunho ambiental no currículo da IES
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Os resultados da questão sobre a opinião de qual a maior contribuição da inclusão de disciplinas de cunho ambiental no currículo dos cursos de ensino superior, na figura 11, afirmam que nos cursos de Gestão Ambiental, Jornalismo e Pedagogia a sensibilização para conscientização ambiental é a maior contribuição. Para os entrevistados do curso de Administração, a maior contribuição seria na melhoria de qualidade de vida. Portanto, é possível inferir que todos os docentes entrevistados conhecem a importância da inclusão de disciplinas de cunho ambiental.

Dentro dessa importância perceptível pelos docentes, é válido ressaltar que a instituição em estudo se preocupa em incluir disciplinas de cunho ambiental nos cursos de graduação, em especial no curso de Pedagogia, o que proporciona um ganho extremo para o Meio Ambiente, uma vez que os pedagogos têm a possibilidade de sensibilizar as crianças, considerando que modificar os hábitos de uma criança é mais fácil do que os de um adulto.

Não só a participação do docente mas também a da instituição são muito importantes para atingir a sensibilização dos indivíduos. Portanto, os docentes foram perguntados se a IES tem comprometimento com questões ambientais (figura 12).

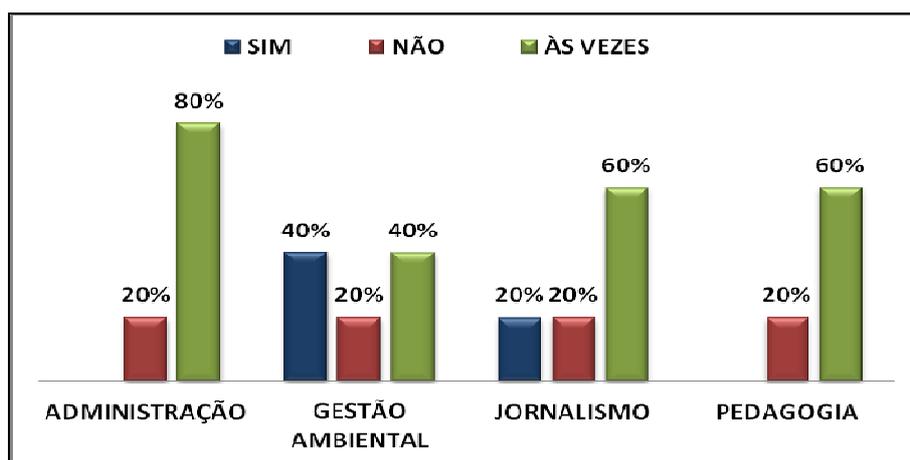


Figura 12 – Quanto ao comprometimento da IES com as questões ambientais
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Verifica-se, que a grande maioria dos entrevistados afirma que às vezes a IES tem comprometimento com as questões ambientais, o que de certa forma é um ponto positivo, pois a parceria instituição e docente contribui para execução de qualquer projeto.

A partir do questionamento sobre a avaliação do comprometimento da instituição ICESP/PROMOVE em 1 - péssimo, 2 - ruim, 3 - regular, 4 - bom e 5 - ótimo para alguns itens de cunho ambiental (racionalização de energia, reutilização de papel, coleta seletiva, incentivo à pesquisa ambiental e conscientização ambiental), foi possível identificar que nos cursos de Administração, Gestão Ambiental e Pedagogia a média geral foi 2 (ruim) para os pontos questionados e para os entrevistados do curso de Jornalismo a média foi 3 (regular) (tabela 1).

A amostragem dos resultados qualifica a percepção que os entrevistados têm com relação ao enfrentamento, à mediação e à identificação do quanto pode ser feito com a participação efetiva dos sujeitos, enquanto membro da instituição na conscientização e uso dos recursos usados para o exercício acadêmico.

Tabela 1 - Avaliação do comprometimento do ICESP/PROMOVE

ADMINISTRAÇÃO				
	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM
RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA	1	3	-	1
REUTILIZAÇÃO DE PAPEL	2	2	1	-
COLETA SELETIVA	2	-	1	2
INCENTIVO À PESQUISA AMBIENTAL	1	1	3	-
CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	1	2	2	-

GESTÃO AMBIENTAL				
	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM
RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA	1	2	2	-
REUTILIZAÇÃO DE PAPEL	2	1	2	-
COLETA SELETIVA	2	3	-	-
INCENTIVO À PESQUISA AMBIENTAL	-	3	1	1
CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	-	2	2	1

JORNALISMO					
	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
RACIONALIZAÇÃO ENERGIA	-	2	1	-	2
REUTILIZAÇÃO DE PAPEL	1	2	1	-	-
COLETA SELETIVA	1	1	1	1	-
INCENTIVO À PESQUISA AMBIENTAL	-	-	2	1	-
CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	-	-	2	1	-

*um sem resposta ** desconhece

PEDAGOGIA			
	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR
RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA	-	5	-
REUTILIZAÇÃO DE PAPEL	1	3	-
COLETA SELETIVA	-	2	2
INCENTIVO À PESQUISA AMBIENTAL	1	2	-
CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	1	2	1

Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Infere-se que a percepção dos entrevistados frente ao comprometimento da instituição onde exercem suas atividades docentes é ruim ou regular. A obtenção desse resultado foi relevante para comparar com os demais resultados obtidos até aqui. Pode-se perceber que a omissão ou respostas negativas identificadas até aqui retratam a falta de comprometimento de um ator ou outro da instituição. No contexto, o que fica evidente é a ausência de comprometimento da IES como um todo em decorrência da ineficaz participação dos seus sujeitos na conscientização e uso de recursos que permitem a propagação da ideia de que é importante racionalizar energia, reutilizar o papel, executar a coleta seletiva, incentivar a pesquisa em conscientização ambiental.

Em contrapartida, apesar de não demonstrar comprometimento com tais questões, os docentes afirmaram que a IES trabalha a sensibilização ambiental dos docentes (figura 13). A grande maioria dos entrevistados afirma que a instituição possui esse comprometimento, o que significa abertura para a compreensão de que a sensibilização ambiental dos docentes contribui para a construção de cidadãos que possam colaborar diretamente para a compreensão e divulgação da questão ambiental.

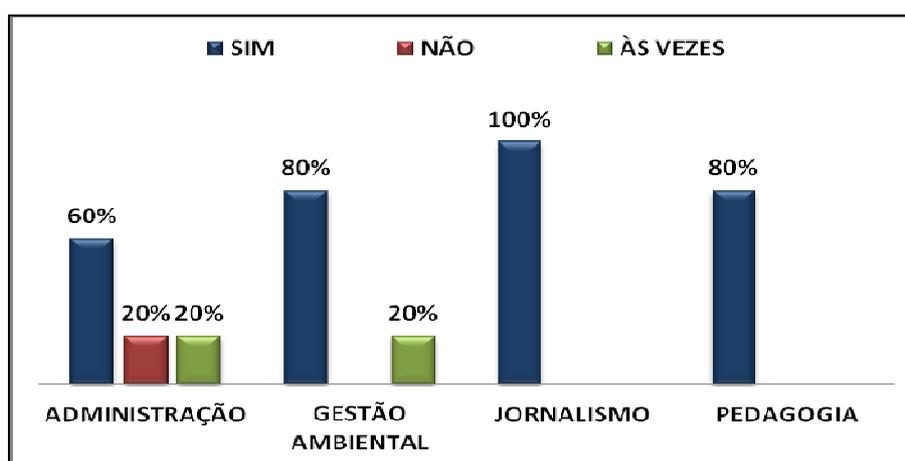


Figura 13 – Comprometimento da IES na sensibilização ambiental dos docentes
Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Quanto aos problemas ambientais que podem ser agravados pela prática docente que os entrevistados visualizam na instituição de ensino ICESP/PROMOVE - campos Guará, (figura 14), foi solicitado que os entrevistados enumerassem de modo a identificar em ordem do 1º ao 5º ponto (sendo o 1º de maior e o 5º de menor relevância) quais problemas ambientais consideravam mais vulneráveis. O gasto de energia, a poluição visual e o desperdício de materiais foram os mais citados pelo público-alvo.

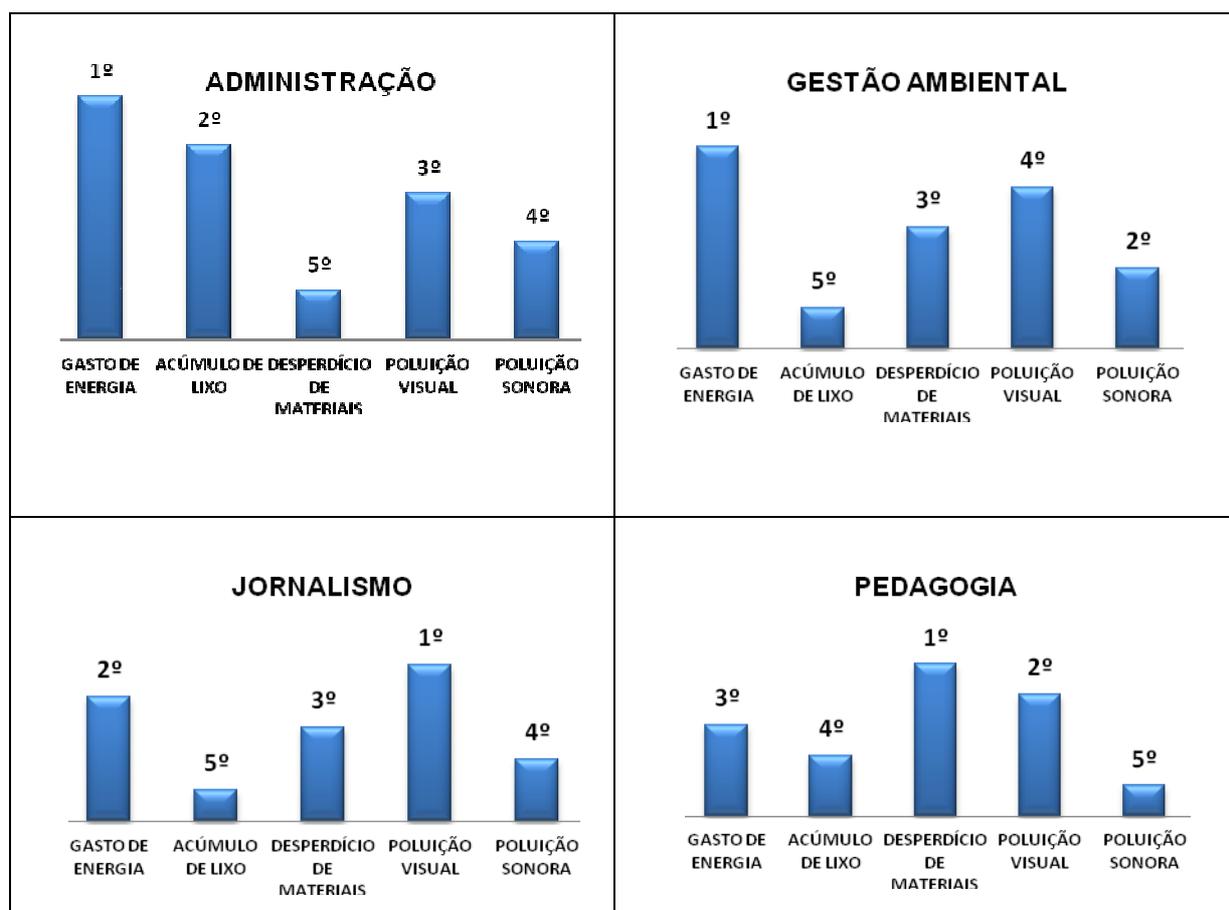


Figura 14 – Problemas ambientais que podem ser agravados pela prática docente que visualiza no ICESP/PROMOVE - Campus Guará

Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

A percepção apresentada pelos entrevistados dos cursos de Administração e Gestão Ambiental identifica o gasto de energia em primeiro lugar, o que gradativamente poderá acarretar na necessidade de planejamento de soluções viáveis para evitar o desperdício de energia. Os entrevistados do curso de Jornalismo percebem a poluição visual como um problema que pode ser agravado pela prática docente. Sugerem-se, então, soluções como o estabelecimento de quadros murais ou madeiras para delimitar a área de uso comum para fixação de cartazes, impedindo que estes sejam expostos em qualquer parte do ambiente. Isso possibilitaria maior organização do conteúdo exposto e redução da poluição visual. Com relação ao resultado do curso de Pedagogia, urge a necessidade de estabelecer normas de utilização de materiais, ou então torná-las mais claras para que haja conservação desses recursos.

Cada um dos Atores Sociais tem funções específicas que exercem a partir do tipo de interferência no meio e na qualidade de vida: pesquisas, ações técnicas de preservação ou de recuperação de passivos ambientais, investimentos, fiscalização, organização, educação, comunicação, etc. (VIEZZER, 2007, p. 41).

O que evidencia que todos, como Atores Sociais, identificam os problemas, percebem ações pertinentes que contribuem para minimizar e desejam colaborar ativamente para o bom desempenho, fazendo com que a diversidade percebida na análise não permita a falta dos recursos para o exercício da docência.

Desta forma a Educação Ambiental Conservadora tende, refletindo os paradigmas da sociedade moderna, a privilegiar ou promover: o aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitindo o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade; o racionalismo sobre a emoção; sobrepor a teoria à prática; o conhecimento desvinculado da realidade; a disciplinaridade frente à transversalidade; o individualismo diante da

coletividade; o local descontextualizado do global; a dimensão tecnicista frente à política; entre outros. (GUIMARÃES, 2004, p. 27).

Há também, de certo modo, uma perspectiva catastrófica embutida no discurso ecológico dessas tendências, minimizando os aspectos sociais e históricos da problemática ambiental ao mesmo tempo em que superestimam os aspectos físicos e biológicos. É, portanto, uma EA despolitizada. Assim, tendo a maioria dos entrevistados uma concepção de EA conservadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises do questionário aplicado, é possível inferir que os problemas da instituição em questão são muitos, como a falta de sensibilização ambiental dos docentes e de apoio eficaz da instituição para a amenização dos impactos ambientais decorrentes da burocrática e escassa disponibilização dos recursos aos docentes, espaço físico inadequado, mobília precária. Destacam-se, ainda, a inexistência de orientação dos gestores e não aplicação da teoria na prática. Levando-se em consideração os diversos cursos oferecidos na instituição, há falta de estímulo para o desenvolvimento de trabalhos ambientais junto à comunidade.

Permeando o pensamento ecopedagógico, os resultados obtidos por meio do questionário foram satisfatórios no que diz respeito à informação e formação dos docentes da instituição analisada, bem como a oportunidade de terem tido o contato com as disciplinas de cunho ambiental na formação, além de se mostrarem cientes dos problemas ambientais existentes. Portanto, é possível inferir que, embora a instituição tenha um comprometimento ambiental parcial, não está sendo suficiente para a melhoria do ambiente. Sugere-se que os docentes ressignifiquem sua prática, uma vez que já possuem um conhecimento prévio das questões ambientais, para que busquem a sensibilização dos discentes.

Para que a Instituição de Ensino Superior ICESP/PROMOVE possa se destacar e aplicar o que propõe sua missão é necessário que se façam algumas mudanças. Além das orientações a serem oferecidas aos funcionários, é necessária uma reforma em seu espaço físico. Entende-se ser necessário um planejamento orçamentário para a reforma; porém, existem algumas saídas com custos baixos para a aplicabilidade e adequação do espaço, tais como: afixar nas paredes ao redor das salas filetes de ripa para amenizar a poluição visual causada pelos cartazes e informativos fixados na parede; convidar a comunidade para reformar carteiras, mesas e quadros brancos das salas de aula; convocar os funcionários a fazerem uma limpeza nas paredes que estão riscadas; consertar os ventiladores e portas; premiar ações de melhoria ambiental realizadas na instituição; e muitas outras formas de garantir pontos a favor da instituição a serem construídas em conjunto com a comunidade acadêmica.

Vale ressaltar que os custos para melhoria da instituição não serão maiores que o retorno advindo da comunidade. Enfatiza-se que o Espaço Educativo permite maior oportunidade de esclarecimentos, orientações, reflexões e ações, pois sem ação, a teoria é só teoria, e o que se busca com a teoria é a eficácia da prática, bem como a construção de novos conhecimentos, metodologias, saberes e competências.

É crescente a preocupação de uma formação ambiental nas IES, conforme demonstra as considerações destacadas nas análises dos entrevistados. O ambiente saudável em todos os aspectos, além de contribuir com o a prática educacional e com o ambiente institucional, propicia uma eficácia no ensino-aprendizagem, pois com o ambiente em equilíbrio será mais viável para o professor se apropriar dos recursos disponíveis e os alunos aprenderem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
2. _____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. 1998, Vol.1.
3. _____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2012.

4. _____. **Resolução CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 24 de maio de 2012.
5. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.
6. _____, Moacir. **Educar para a sustentabilidade.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.
7. SANTOS, Camilla Martinez dos; GOMES, Patrícia Pereira; FERREIRA, Erika Mesquita. **Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade** / Giovanni Seabra, Ivo Mendonça (organizadores). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, v. 1, p. 1535 – 1541h, 2011.
8. GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica.** In: BRASIL. **Identidade da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
9. GUTIÉRREZ, Francisco; PIETRO, Daniel. **Identidade da Educação Ambiental Brasileira,** p.46-47, 1984.
10. LOPES, Claudemira Vieira Gusmão. **Ecopedagogia e cidadania Planetária.** Curitiba: Editora Fael, 2010.
11. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **“Ecopedagogia” (verbete).** Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?=10>>. Acesso em: 09 outubro de 2011.
12. MORALES, Angélica Góis Müller. **O processo de Formação em Educação Ambiental no Ensino Superior: Trajetória dos Cursos de Especialização.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 18, p. 283-301, 2007.
13. PEREIRA, Cátia Maria Machado da Costa; MARÓN, José Ramon Lamadrid; FREITAS, Mário Jorge Cardoso; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Ecopedagogia: Uma nova pedagogia com propostas educacionais para o desenvolvimento sustentável.** Educação Temática Digital - Revista eletrônica, v. 8, n.2, p. 80-89, 2007.
14. SATO, Michèle. **Educação Ambiental.** São Paulo: Santos J. E, 2003.
15. VIEZZER, Moema L.. **Atores sociais e meio ambiente.** In: BRASIL. **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores.** V.2, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.